

# ESCOLA, EDUCAÇÃO BÁSICA E ANALFABETISMO ESTRUTURAL NO BRASIL A NEGAÇÃO DA ESCOLA AOS TRABALHADORES

JOSÉ RONALDO SILVA DOS SANTOS\*

Rede Municipal de Vitória da Conquista

<https://orcid.org/0000-0003-2494-6055>

TENÓRIO BATISTA LIMA SOBRINHO\*\*

Rede Municipal de Vitória da Conquista e Rede Estadual da Bahia

<https://orcid.org/0000-0002-6644-9383>

## RESUMO

No Brasil, a negação da educação escolar para as classes populares-classe trabalhadora- vem se constituindo como o modus operandi das elites em manter o controle hegemônico das massas, ora negando a escola, ou mesmo quando esta é oferecida de forma precária, que acaba fatalmente contribuindo para este deserto educacional que assola o país com índices de analfabetismo funcional e absoluto que ainda persistem. Este analfabetismo concentrado em grande medida em pessoas jovens e adultas, vem sendo sustentado pela ausência de uma efetiva política pública de oferta da educação básica na idade adequada, e quando isso não ocorre o que resta é uma grande massa de trabalhadores desprovidos de conhecimentos técnico-científicos, quando muito, lhes restam os programas de EJA, como mecanismos de compensação. Esta condição de negação de uma educação de qualidade para os trabalhadores apenas reforça o abismo que existe entre as classes sociais em disputa, quando interessa para as elites brancas, patriarcais, escravocratas, empresariais, aparelhadas no estado, o controle das massas através da educação. Considerando que o estado patriarcal e burguês está para atender os interesses das elites e tendo em vista que a educação para emancipação dos trabalhadores será fruto da luta dos próprios trabalhadores, é preciso forjar novas formas de lutas, e entender que a educação é a pedra fundamental de qualquer mudança mais significativa. É nesta perspectiva que o presente artigo vem trazer provocações ao leitor acerca destes processos de dominação histórica através da educação. De outro modo consideramos que só com educação de base, de qualidade e na idade certa, somados a um processo massivo de alfabetização se constituirá como determinante neste processo de mudanças e inserção educacional.

**Palavras chave:** Educação básica - Analfabetismo - Educação de Jovens e Adultos.

---

\* Pedagogo, Especialista em EJA, Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) professor da Educação básica na Rede Municipal de Vitória da Conquista e Coordenador Pedagógico na Rede Estadual da Bahia. E-mail: [ronnybaiano84@yahoo.com.br](mailto:ronnybaiano84@yahoo.com.br)

\*\* Graduado em História, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e professor da Educação básica na Rede Municipal de Vitória da Conquista e Rede Estadual da Bahia. E-mail: [tenorioblina@gmail.com](mailto:tenorioblina@gmail.com)

## ABSTRACT

### SCHOOL, BASIC EDUCATION AND STRUCTURAL ILLITERACY IN BRAZIL DENIAL OF SCHOOL TO WORKERS

In Brazil, the denial of school education to the popular classes - working class - has become the modus operandi of the elites in maintaining hegemonic control of the masses, sometimes denying school, or even when it is offered in a precarious way, which ends up fatally contributing to this educational desert that plagues the country with levels of functional and absolute illiteracy that still persist. This illiteracy, largely concentrated among young people and adults, has been sustained by the absence of an effective public policy to offer basic education at the appropriate age, and when this does not occur, what remains is a large mass of workers devoid of technical knowledge. scientific experts, at best, are left with EJA programs as compensation mechanisms. This condition of denial of quality education for workers only reinforces the abyss that exists between the social classes in dispute, when it is in the interest of the white, patriarchal, slave-owning, business elites, equipped in the state, to control the masses through education. Considering that the patriarchal and bourgeois state is to serve the interests of the elites and considering that education for the emancipation of workers will be the result of the struggle of the workers themselves, it is necessary to forge new forms of struggles, and understand that education is the cornerstone of any more significant changes. It is from this perspective that this article brings provocations to the reader about these processes of historical domination through education. Otherwise, we consider that only basic, quality education at the right age, combined with a massive literacy process, will be decisive in this process of change and educational insertion.

**Keywords:** Basic education - Illiteracy - Youth and Adult Education.

## RESUMEN

### ESCUELA, EDUCACIÓN BÁSICA Y ANALFABETISMO ESTRUCTURAL EN BRASIL: NEGACIÓN DE ESCUELA A TRABAJADORES

En Brasil, la negación de la educación escolar a las clases populares -clase trabajadora- se ha convertido en el modus operandi de las elites para mantener el control hegemónico de las masas, negando a veces la escuela, o incluso cuando se ofrece de forma precaria, lo que termina por contribuyendo fatalmente a este desierto educativo que azota al país con niveles de analfabetismo funcional y absoluto que aún persisten. Este analfabetismo, concentrado en gran medida entre jóvenes y adultos, se ha sostenido por la ausencia de una política pública efectiva para ofrecer educación básica en las edades adecuadas, y cuando esto no ocurre, lo que queda es una gran masa de trabajadores desprovistos de conocimientos técnicos. ... Los expertos científicos, en el mejor de los casos, se quedan con los programas EJA como mecanismos de compensación. Esta condición de negación de una educación de calidad a los trabajadores no hace más que reforzar el abismo que existe entre las clases sociales en disputa, cuando a las élites empresariales blancas, patriarcales, esclavistas, equipadas en el Estado, les interesa controlar a las masas. a través de la educación. Considerando

que el Estado patriarcal y burgués está al servicio de los intereses de las elites y considerando que la educación para la emancipación de los trabajadores será el resultado de la lucha de los propios trabajadores, es necesario forjar nuevas formas de lucha y entender que la educación es la piedra angular de cualquier cambio más significativo. Es desde esta perspectiva que este artículo trae provocaciones al lector sobre estos procesos de dominación histórica a través de la educación. De lo contrario, consideramos que sólo una educación básica, de calidad y a la edad adecuada, combinada con un proceso de alfabetización masiva, será decisiva en este proceso de cambio e inserción educativa.

**Palabras clave:** Educación básica - Analfabetismo - Educación de jóvenes y adultos.

## INTRODUÇÃO

A presente estudo tem no analfabetismo seu objeto de investigação e problematização, este entendido como “*condição daqueles que não sabem ler ou escrever*” (RIBEIRO, 2010), considerado historicamente e preconceituosamente como um dos entraves aos sujeitos no seu processo de emancipação, em um mundo em que o conhecimento se constitui como capital cultural essencial para o desenvolvimento da autonomia humana, e como tal, campo de disputa na luta de classes, quando as elites econômicas, têm como objetivo principal, a manutenção dos seus privilégios através do monopólio da educação, do controle do saber como mecanismo de dependência da classe trabalhadora.

O desafio de fazer este estudo acerca da construção histórica e programada do analfabetismo no Brasil, em épocas distintas e com problemas tão variados apenas nos mostra como este perpassou ao longo de cinco séculos, como uma política de controle social, uma barreira a ser superada, se constituindo como um dos principais dilemas do povo brasileiro, na luta pela construção da dignidade humana com direito e acesso à educação formal.

O objeto de investigação acompanha a trajetória de vida profissional dos autores, especialmente no campo da docência e na pesquisa, uma vez que ao lidarem com o público jovem e adultos a partir de turmas de EJA, em realidades distintas e precarizadas, a pesquisa emerge

como uma necessidade de avançar nos estudos e investigação de um tema tão complexo na historiografia educacional brasileira.

Assim, dizemos que “existe uma necessidade de formação omnilateral, que entenda a educação como meio para a autonomia e para o desenvolvimento das amplas massas, a fim de possibilitar a elevação do nível de consciência (consciência de classe em si e para si) ... (TITTON (2006,11). E nesta perspectiva é preciso pensar em processos educativos emancipatórios que vise a construção de um mundo mais justo e igualitário para todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação.

Em função disso levantamos a hipótese de que o analfabetismo vindo sendo uma construção arquitetada pelas elites do Brasil, que contribui para a não elevação de consciência dos sujeitos, corroborando ao processo de dominação e alienação ideológica, condicionante para a manipulação das massas, ao projeto hegemônico do capital. O analfabetismo é uma verdadeira arma de guerra na luta de classes para perpetrar a desigualdade social e evitar a emancipação dos sujeitos mediante a sua pauperização e dependência desenvolvidos por um processo contínuo de expropriações.

Diante disso, propomos que no Brasil se construiu a divisão do trabalho, mediada entre outros motivos, pelo acesso à educação, onde a ascensão social das camadas médias e inferiores está condicionada a qualidade da

educação disponibilizada a cada fração social, e que a política educacional é o fator primordial para os antagonismos sociais, onde a EJA, enquanto política educacional de Estado, na perspectiva da dominação, acaba sendo uma ferramenta para efetivação e manutenção das desigualdades sociais.

Portanto, consideramos que a educação de Jovens e Adultos(EJA), prevista no Art. 37 da Lei 9394/96, como modalidade de ensino, ainda não se tornou uma política pública efetiva, que viesse a contribuir com o processo de emancipação e construção de soberania da sociedade, ao contrário, a mesma sempre se constituiu como programas de governos e não políticas de estado, sendo um campo cheio de deficiências de operacionalização e implicações.

É preciso também perceber a educação de jovens e adultos dentro de uma leitura sócio histórica, fazendo um paralelo à própria construção do modelo de educação e do fenômeno do analfabetismo e como este vem ao longo dos tempos sendo construído nas classes exploradas deste país e isso exigirá do atento leitor, uma leitura aprofundada dos processos dominadores de controle social a partir de legislações e da construção de estigmas que a língua brasileira instalou no Brasil dando sentido a marginalização da classe trabalhadora, ora por falta de acesso ao conhecimento dito formal e sistematizado, ora por falta de respeito às diferenciações regionais no que se refere a construção de uma linguagem nacional que leve em conta as suas diferenciações e as suas especificidades.

Neste sentido, o artigo ora exposto, pretende trazer uma abordagem socio-histórica da educação no Brasil, com foco especial no educação de jovens e adultos, a partir de uma perspectiva histórica e dialética destes processos sociais e históricos de exclusão social, e fundamentalmente da discriminação categórica através da linguagem formal e dita culta. Desta forma, eis o desafio de problematizar como se dá à construção dos processos de exclusão através da linguagem formal e como os sujeitos de uma

dada realidade, oriundos da classe trabalhadora, se inserem neste universo de exclusões onde o acesso a educação vem sendo um fator de exclusão e dominação social, sendo um verdadeiro privilégio das elites.

## O ANALFABETISMO ESTRUTURAL NO BRASIL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O analfabetismo é estrutural no Brasil, por ser uma arquitetura estrategicamente elaborada no intuito de contenção das massas ao acesso à educação, e quando esta possibilidade de inclusão a partir da EJA ocorre, vem por vezes permeada de concepções sociais discriminatórias e assistencialistas, quando por outro lado existe o monopólio de uma educação dita erudita e letrada para a classe dominante.

O analfabetismo precisa ser entendido a partir de sua própria lógica estrutural, sendo um produto da precariedade da educação básica, com suas primeiras formas de organização ainda no período colonial, a partir da educação jesuítica, considerada a pedra fundamental da educação brasileira. Este mesmo analfabetismo perpassou pela Primeira República, continuando no Estado Novo, pela Ditadura civil-militar e permanece no contexto atual do neoliberalismo brasileiro, onde as políticas de educação de maneira geral vem sofrendo forte revés a partir do golpe Civil-midiático e empresarial em 2016, que vai impor uma agenda de retrocessos na educação.

O analfabetismo não é um fenômeno natural, ao contrário, ele está vinculado aos processos históricos de negação e precarização da educação para a classe trabalhadora do país, seja ela do campo ou da cidade. O estado por sua vez, quando é de seu interesse, ou quando existe algum tipo de pressão social, utiliza-se de frágeis mecanismos de reparação sócio-educacional, baseados em programas, que na atualidade marcam as tímidas ações na oferta de educação para pessoas jovens e adultas.

A história educacional brasileira, denuncia que educação de jovens e adultos, vem sendo marcada por duas questões fundamentais: A primeira se refere à carga de preconceitos, estigmas e atitudes desenvolvidas para constituírem a sedimentação de uma hierarquia social acerca dos sujeitos, marginalizando e oprimindo parcelas gigantescas da sociedade com o fito de atender um sistema social injusto e desigual onde o conhecimento socialmente construído não está acessível à população de maneira geral como estratégia das elites para manter o controle social. Uma segunda característica deste processo, é a fragmentação e existência de programas, ao invés de políticas públicas permanentes, sem uma intenção maior de ir a fundo nos problemas educacionais do país, oferecendo uma educação básica instrumentalizada e acrítica para à população e uma educação erudita para as camadas dirigentes e médias, mantendo a tradição jesuítica da educação no Brasil:(ROMANELLI, 2010).

“... os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, para a qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deveriam voltar letrados.” (ROMANELLI, 2020).

Desde os Jesuítas, percebe-se que a educação no país vem se dando de forma desigual e excludente, como componente do processo de divisão das classes sociais. Esta análise coaduna com a fala de Di Pierro (2007), quando diz que “a situação da alfabetização ao longo da história da humanidade se dá de forma desigual variando assim de região para região, isto é, uma necessidade heterogênea do ponto de vista da oferta e da lógica de organização social”.

Ainda segundo Di Pierro (2007) faz-se necessário uma referência às iniciativas ocorridas no Brasil desde a primeira experiência de edu-

cação jesuítica até os dias atuais com a BNCC e o surgimento da modalidade da educação para jovens e adultos. A história registra que no Brasil Colônia não houve uma tentativa séria de promover um acordo político e social que complementasse a formação do Estado Nacional tendo como base um projeto educacional para seu povo, até porque durante esse período não havia uma concepção de povo, pátria ou nacionalidade, mas sim uma relação de exploração comercial que legava à educação letrada um papel meramente burocrático no interesse de controle da metrópole sobre a colônia.

Neste período, o modelo econômico, extrativista, latifundiário e escravocrata, não exigia mão-de-obra qualificada. Tampouco havia necessidade de formação de competentes exércitos para defesa ou para conquista. Por sua origem colonial Portuguesa, não foi influenciada pelas revoluções liberais do século XVIII. A educação aqui chegada, trazida pelos jesuítas, não pretendeu sequer se ocupar da competência da população em geral. Fundamentalmente era uma educação distante de imprimir maiores qualidades culturais, sociais e políticas à nova terra descoberta, ao contrário do desenvolvimento artístico e cultural que já se tinha na Europa no período. Aqui no Brasil Colônia, por sua vez, a educação visava atender aos interesses da aristocracia rural colonial e uma das funções importantes era, através do monopólio da educação letrada, a constituição da distinção social do homem branco colonizador portador de “alta cultura” dos demais setores explorados: indígenas, africanos escravizados, agregados e mestiços

“O ensino que os padres jesuítas ministravam eram completamente alheios à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (...), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de

sua administração, quer do ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. (ROMANELLI, 2010)

Contudo era uma educação que atendia aos interesses extrativistas e coloniais da metrópole portuguesa enquanto uma educação eurocêntrica medieval, aristocrática, erudita (escolástica) e acrítica que não criava laços dos sujeitos ao território de onde ele reproduz a sua existência material. A obediência cega à fé cristã ensinada pelos jesuítas nas suas escolas dava o tom da obediência aos interesses extrativistas do mercantilismo metropolitano que visava a reprodução das relações de dominação e de facilitação do processo de acumulação de capital por meio do trabalho escravo na *plantation* realizado no Novo Mundo. Esse modelo por parte da Igreja visualizava, sobretudo, a formação de uma nova geração católica e sua provável atuação como multiplicadores junto aos novos povos integrados violentamente à esfera cultural do cristianismo judaico-cristão Ocidental no contexto da Contrarreforma.

Assim a educação jesuítica tinha como objetivos:

“... o recrutamento de fiéis e servidores. Ambos atingidos pela ação educadora. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante a criação de escolas elementares para os “curumins” e de núcleos missionários no interior das aldeias indígenas. A educação que se dava aos “curumins” estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes. (...) Quanto aos servidores da ordem estes deveriam ser preparados para o exercício do sacerdócio e foi principalmente para que se fundaram os colégios, onde se passou a ministrar o ensino das ciências humanas, as letras e as ciências teológicas (...). (ROMANELLI, 2010)

Em decorrência dessa prática pedagógica, as primeiras ações de educação promovida pelos jesuítas na população adulta - o ensino do ler e do escrever - era destinada aos filhos homens da aristocracia rural visando torná-los eruditos para a manutenção do *establishment* colonial:

“As condições objetivas que portanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terras e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito a educação e, mesmo assim, em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Esses recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.” (ROMANELLI, 2010)

No entanto, as ações dos jesuítas também não foram muito tranquilas aqui na nova colônia achada, pois os senhores de terras temiam que a Companhia se tornasse um “Estado dentro do Estado” e atrapalhasse o interesse dos proprietários em monopolizar a mão de obra escrava indígena. O Marquês de Pombal, ministro português, símbolo do Absolutismo Monárquico da nova metrópole, promoveu a expulsão dos Jesuítas de suas colônias em 1759, e com a saída deles extinguiu-se também o único sistema de educação vigente até então no Brasil Colônia, que era a única forma de acesso da população à educação formal e organizada dentro de uma lógica de aprendizagem.

“No período imperial, a despeito de uma série de debates acerca da adoção de políticas que possibilitassem estruturar a educação nacional, que não aconteceu. Proclamou-se muito a importância da inserção das ditas “camadas inferiores” – homens e mulheres pobres livres, negras e negros escravos livres e libertos -, no sistema formal de ensino, sem, entretanto, viabilizar-se uma ação efetiva nesse sentido. A instrução popular, longe de se constituir um direito, realizou-se de forma precária e improvisada tendo a filantropia como uma grande

aliada, à proporção que se dava a partir de associações de intelectuais, redes de aprendizagens informais, práticas de leitura e de escrita entre as quais os escravos também se inserem nestes processos. (Di Pierro (2007, pág.20).

Todavia, só com a criação, no período, do ato adicional, conferiu-se às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública, no entanto, este ato foi omissivo quanto à educação popular. Até porque no período imperial a grande maioria da população vivia e trabalhava no campo, sendo submetida a oligarquia rural, e esta foi ensinada que a instrução formal e erudita não era condição para a ascensão social e de desenvolvimento material do indivíduo na sociedade colonial.

Contudo, observando a educação de jovens e adultos no Brasil dentro de uma perspectiva histórica, podemos perceber que esta vem sendo marcada fundamentalmente pela divisão das classes sociais e pela própria segregação racial e social existente na sociedade brasileira. Podemos verificar que foi no final do século XIX que ocorreram as transformações mais importantes do Brasil: A decadência do regime escravocrata com a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada; introdução de inovações técnicas nos principais setores da economia; aperfeiçoamento dos métodos de trabalhos entre outras, propiciaram mudanças mais significativas do ponto de vista da geração de novos interesses principalmente da classe mais rica e detentora dos meios de produção e das riquezas existentes no país.

As mudanças econômicas e sociais acabaram no decorrer dos tempos gerando novos interesses e reivindicações. As cidades cresciam e as camadas médias urbanas começavam a ganhar alguma representação social. Foram essas camadas que contestaram o sistema eleitoral, exigindo o fim das eleições indiretas e censitárias. Nas eleições de 1876 somente 0,25% da população votante possuía o segundo grau. A Lei Saraiva em 1881, que reformou o sistema eleitoral atendendo parcialmente às reivindicações. Essa Lei, que restringia o voto

do analfabeto, foi incorporada à carta constitucional de 1881, esta por sua vez sendo parte integrante da nova constituição.

A partir daí o critério de renda anteriormente exigido como requisito para o alistamento de eleitores foi substituído pelo de domínio da leitura e da escrita, evidenciando, não só, a instrução como um meio de ascender socialmente, como também, modificando a concepção acerca do analfabeto, que naquela conjuntura era visto como uma pessoa atrasada, incapaz, ignorante, incompetente e imputável. Até porque, por ocasião da proclamação da República, o Brasil possuía cerca de 14 milhões de habitantes e destes, 85% se constituía de analfabetos distribuídos entre negros, indígenas, mestiços e brancos, pobres e agregados ao grande latifúndio. Os adultos considerados letrados tinham em média 04 (quatro) anos de estudos. Tais dados expressavam uma realidade que causava vergonha à sociedade intelectualizada, principalmente em relação a outros Países do mundo.

“De igual modo, quando da abolição da escravatura apenas 0,9% dos libertos eram alfabetizados. E, tanto a abolição quanto a República, sintomas de uma mesma realidade, só se tornaram viáveis, quando as forças sociais em que estava assentado o sistema de dominação se deslocaram da velha oligarquia rural para a emergente burguesia agrária cafeeira. Talvez ou até por isso mesmo, uma e outra não propiciaram uma ruptura com a reprodução da ideologia das relações de dominação, possibilitando assim, as condições de reprodução de igual ideologia, indispensável à submissão da numerosa classe trabalhadora, às condições de trabalho livremente explorado”. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO; 1986).

Neste sentido, fazer um paralelo do analfabetismo como um problema social, fruto das mazelas do atendimento público em educação, em especial a Educação de Pessoas Jovens e Adultas, nos remete a perceber a negação da educação como um fator de exclusão, dado o próprio desenvolvimento social. Não tenhamos também a ilusão de que a educação irá resolver todos os problemas do país, mas certamente a

negação da mesma vem se constituindo como uma trava neste desenvolvimento, que é determinado nos dias atuais em grande medida pela condição socioeconômica dos sujeitos na sociedade. Ao longo dos tempos, a existência de uma classe desprovida destes meios formais de educação criou uma massa crédula propícia a ser manipulada a aceitar a sua condição social como algo ontológico ao seu ser, de que sua condição social é inerente à sua natureza.

Segundo Di Pierro (2007) “os livros só começaram a ser impressos oficialmente no Brasil a partir do ano de 1808, com a transferência da sede da coroa para o Brasil, bibliotecas e livrarias eram raras e estavam concentradas em espaços urbanos. Uma vez que a maior parte da população morava em grandes propriedades rurais”. Este foi um período onde fundamentalmente a utilização da escrita era de uso reduzido, a apenas alguns grupos mais letrados da sociedade, ficando a comunicação entre as pessoas mais vinculada apenas na oralidade, no sentido mais natural do termo.

Curiosamente, a condição de analfabetismo, não retirou do poder as camadas proprietárias e dominantes da época, tornando-o um elemento secundário dentro da cultura letrada brasileira, ou seja, neste período era normal ser coronel ou senhor de escravos e ser analfabeto. Neste momento histórico, o analfabetismo esteve presente, embora de forma desigual em todas as camadas da sociedade, entre pobres e ricos, brancos e negros, mulheres e homens, etc. Só em 1827, ano de criação da primeira lei geral de instrução pública, a população brasileira na sua grande maioria ainda continua sem saber ler e escrever. Este período é marcado pelo fato de saber ler e escrever, começa a ser associado ao estereótipo de sociedade refinada e culta, haja vista que com a criação da Lei de Emancipação de 1871, determina-se entre outras coisas, que os senhores de escravos, mandem ensinar a ler e escrever á todas a crianças do Império, porém não se contava dez casas onde esta imposição era atendida, ou seja, o povo não foi alfabetizado. Vale salientar que tudo isso corrobora

com aquilo que foi determinado pela Lei de Emancipação, em 1881, com a criação da Lei Saraiva, que excluía a população analfabeta do direito do exercício do voto.

Este foi um período de grandes contestações, mas o fato é que neste período ficava mais claro o lugar dos analfabetos na sociedade e o papel que deveriam desempenhar os ditos letrados, ou alfabetizados. Este período marca a exclusão social de grande parcela da população a um direito público e humano, que é a educação, uma vez que neste período mais da metade da população ainda era analfabeta. Segundo censo demográfico brasileiro realizado em 1872, durante o período colonial, aponta que o índice de analfabetismo no Brasil nesta época já era de 80,2% da população entre os homens e de 88,5% entre as mulheres.

Neste momento de nossa história, embora o analfabetismo não fosse uma mazela apenas dos pobres e oprimidos da sociedade, este tinha mais impacto no meio social daqueles que nada tinham em termos econômicos. O acesso aos poucos meios educacionais naquele momento era bem desigual, restrito aos senhores de escravos, em especial aos seus respectivos filhos. Por outro lado, aos pretos, índios, mestiços e brancos, pobres agregados aos senhores da aristocracia, a oferta educacional que se tinha era bem diferente da educação oferecida às classes dominantes e médias, sendo que mesmo muitos dos senhores sendo analfabetos, não perdiam seus “direitos políticos” e mantinham o privilégio de escolarização dos filhos em cidades centrais ou mesmo fora do país.

## **OS “DESEDUCADOS” E O ANALFABETISMO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL DOS TRABALHADORES**

As condições educacionais da população pobre e que vive do trabalho no Brasil, nunca foi das melhores, até mesmo por que não interessava ao poder dominante da época, que escravos, ín-



dios, negros ou mesmos imigrantes - a partir de um dado momento histórico - tivessem acesso à educação. O campo brasileiro por exemplo, vem sendo marcado historicamente pela ausência e negação da educação, ao passo que os processos de exploração tendem a aumentar para atender o nosso modelo de exportação dependente de commodities.

Só a partir do século XX, já no período da república, é que o analfabetismo vai ser interpretado como um problema de ordem nacional, entrando na discussão dos intelectuais e dos grupos políticos. No ano de 1890, mais de 80% da população ainda era composta por pessoas analfabetas, o que constituía uma situação de constrangimento do país em detrimento a outras nações mais adiantadas em relação ao nível de escolaridade de sua população.

“Só a partir das primeiras décadas do século XX é que alguns grupos ligados à escola nova e alguns intelectuais vão pontuar de forma mais precisa a necessidade de se pensar em estratégias de solucionar este problema de “vergonha nacional”, do Brasil. Neste período então vão surgir algumas experiências isoladas de alfabetização, como por exemplo, A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que pretendia se caracterizar como um movimento tenaz de combate a ignorância, visando a grandeza e a instabilidade das instituições republicanas”. (DI PIERRO 2007, p.40).

Este foi um momento na história educacional brasileira, talvez impulsionado pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA), fundada em 1915, inspirada em sentimentos nacionalistas e cívicos, composta por atores diversos da sociedade brasileira, indo de médicos a intelectuais, e tinham como missão o combate ao analfabetismo, em que se debateu a necessidade de sua superação por meio da disseminação da educação em todos os recantos, tendo encerrado suas atividades em 1940, após o Governo de Getúlio Vargas decretar a educação primária como obrigatória no país.

Naquele momento histórico, dado os olhares preconceituosos que já se tinham construído contra os sujeitos não alfabetizados, a falta de educação é tida como um entrave ao desenvol-

vimento e que leva a nação à subalternidade. Sem dúvida, esta visão se constitui como uma visão depreciativa da sociedade, ainda mais por ser um período onde ser analfabeto era ter que enfrentar todos os tipos de preconceitos possíveis, e onde se caracterizava o analfabeto como alguém incapaz, menor, e que deveria ser guiado pelos mais sábios e letrados. “Os oprimidos de tanto ouvirem falar de si que são incapazes, que não conseguem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem virtudes terminam por convencer de sua incapacidade, falam de si como os que não sabem os incapazes”. (FREIRE, 1991. Pág. 56).

“A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. (FREIRE, 2001, p. 15).

Certamente, toda a carga de preconceitos acerca dos sujeitos analfabetos, faz parte do projeto político das elites econômicas, que visam submeter as massas por intermédio do controle da qualidade e do acesso a uma educação crítica. Haja vista que somente em meados do século XX, a intelectualidade brasileira veio entender o papel da educação como parte fundamental para o desenvolvimento humano e certamente para o desenvolvimento das potencialidades do país, mas essa percepção não se espelhava no projeto de dominação das frações hegemônicas que tem no monopólio do acesso à educação um dos principais meios para o controle da sociedade brasileira. Isso fica mais claro quando analisamos a estigmatização do conceito de analfabeto no dicionário de sinônimos e antônimos:

“O analfabeto era tido como alguém dependente do outro ser letrado, alguém que era tido como uma criança, incapaz e sem a possibilidade de assumir responsabilidades perante a sociedade. Ser analfabeto a grosso modo era ser um problema social um zero a esquerda, um fardo a ser carregado pela sociedade. Dicionário de Antônimos e Sinônimos, lista como sinônimos de analfabeto os termos ignorantes, estúpido, boçal, bronco, sem qualquer referência à condição de não saber ler e escrever, e dá como antônimos simplesmente os termos culto e polido, sem qualquer menção a alfabetizado ou a capacidade de ler e escrever”. (FERNANDES, 1957).

A falta de acesso à leitura e a escrita sobrepunham sobre os indivíduos a culpa estigmatizante pela sua ignorância e incapacidade de se integrar ao mundo letrado, dando ao sujeito “iletrado” a falsa noção - a falsa noção ideológica - de ser ele o responsável pela sua condição. O sistema público de educação, apesar de já existir formalmente, não se responsabilizava - e nem se responsabiliza ainda hoje - pelos problemas de não garantir a infraestrutura necessária ao acesso dos jovens e adultos a educação, como atestam os dados do período de 1940 a 1947, onde 55% da população com idade superior a 18 anos eram analfabetas.

A problemática da falta de escolarização nos meios populares, não é um problema do indivíduo, mas sim uma estratégia “um projeto” de controle social das elites dominantes a partir do Estado e seus aparelhos jurídicos-políticos. A visão da intelectualidade e de setores organizados da sociedade da época era a de receio acerca da formação e letramento do povo, temendo estarem formando possíveis anarquistas ou pessoas perigosas uma vez que a capacidade de entender e interpretar a realidade através do mundo escrito poderia pôr em risco a estabilidade socioeconômica da fração dirigente, sendo assim a alfabetização e a própria educação era dada de forma regrada e de caráter acrítico. Essa prática deixa claro que a negação e controle da educação de qualidade para as classes subalternas constitui uma política de Estado e uma estratégia dos grupos

dominantes para aumentar a expropriação e garantir uma maior acumulação de capital a partir da docilização das mentes das frações subalternas.

A partir dos anos 30, muitas mudanças ocorreram no cenário mundial, tivemos uma rápida ascensão do capitalismo no Brasil e com isto muitas alterações no plano da educação vão ocorrer, dando lugar a nova lógica de organização social. Este foi também um período marcado pela primeira guerra mundial onde a indústria nacional deu um expressivo salto por causa do processo de substituição das importações - produção no país, dos produtos industrializados impossíveis de serem importados naquele período.

“A alfabetização de jovens e adultos que na sua perspectiva universal é considerada como eixo de desenvolvimento cultural e contemporâneo, onde predomina a utilização dos sistemas grafocentricos, através da leitura e da escrita e encontram valor inestimável nas sociedades urbanas e industriais; uma vez que está associada e configurada no desenvolvimento de novas tecnologias. Contudo nem todos partilham da mesma experiência histórica da educação e necessidade histórica de utilização destes códigos escritos, ou seja, a da educação nem sempre é uma constante ou se tornou algo necessário na historiografia educacional e social brasileira”. (SOARES,2003).

A nova sociedade brasileira enquanto zona de influência econômica, acessória e dependente do capitalismo, foi obrigada a aceitar a tarefa de letramento do trabalhador em um certo grau para que este pudesse melhor obedecer e operar as novas tecnologias desenvolvidas a partir da II Revolução Industrial. O que demonstra que a elite burguesa brasileira foi obrigada a oferecer, mesmo de forma precária, uma educação instrumental, porém acrítica e extremamente ideologizada para as classes subalternizadas. A partir da expansão global do capital-imperialismo este passou a exigir uma mão-de-obra especializada, atribuindo ao Estado o dever de prover o ensino da imensa classe trabalhadora, de preparar o cidadão

como força produtiva eficaz, construtora da riqueza da nação, através do ensino público obrigatório e gratuito transferindo ao Estado subalterno – no caso específico o Estado brasileiro - o custo de formar uma nova mão de obra especializada para a nova fase do capital monopolista.

Naquele contexto a burguesia urbano-industrial brasileira busca, por meio da difusão do ensino, atender aos interesses do capital monopolista. No Brasil na década de 30 o analfabetismo ainda se constituía como um entrave ao desenvolvimento econômico nacional, e foi aí por pressão internacional que houve um processo maior de massificação da escola e oferta do ensino público. Contudo o problema da oferta precária e acrítica da educação desemboca na produção de analfabetos funcionais, pois ao contrário da ideologia difundida, o objetivo dessa escolarização do trabalhador não visa a sua autonomia, mas sim a sua instrução mínima para entendimento e execução das tarefas impostas pelas novas tecnologias do capital.

A despeito dos embates e movimentos em favor da educação, durante a regência do Estado Novo no país, pouco foi feito oficialmente quanto ao analfabetismo. Ações pontuais, tímidas ou isoladas foram a marca nesse regime. Daquele período em diante muitos governantes se sucederam e de igual modo muitas mobilizações e campanhas nacionais. Essas campanhas tinham como características comuns o período de duração, a aferição dos índices estatísticos, o otimismo e a euforia do momento. Entretanto, uma vez aferidos e avaliados os seus resultados, verificava-se a queda nos índices qualitativos e quantitativos.

Paralelas às campanhas oficiais de alfabetização, despontaram no país vários movimentos de educação e cultura popular através de organizações da sociedade civil, no período populista desenvolvimentista. Diferentemente das demais iniciativas para a alfabetização esses movimentos fundamentaram-se na teoria do conhecimento do educador Paulo Freire, que na época era professor da Universidade

de Recife e presidiu a Comissão de Cultura popular (MCP), movimento iniciado a partir da própria iniciativa do Presidente João Goulart, que naquele momento anunciava o Programa Nacional de Alfabetização.

Os fundamentos de Paulo Freire tinham o caráter de pesquisa, conservava as peculiaridades e diversidades regionais e socioculturais, valorizava e aprimorava a cultura popular, buscando conscientizar a população acerca da realidade. Considerava o analfabeto como produtor do conhecimento e partícipe do processo de transformação dessa realidade. Além da conscientização da população alvo, visava sua inclusão e participação dos analfabetos na vida política nacional e, conseqüentemente a reversão do quadro socioeconômico e político existente.

A instauração da hegemonia militar no país extingue esses movimentos dando lugar a mais uma campanha de massa, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral. Paralelo ao sistema institucional de educação, nos mesmos moldes de campanhas anteriores exceto pela ausência de “conteúdo crítico e problematizador”. Propunha a erradicação do analfabetismo e, sobretudo, difundir a ideologia do regime vigente. Resultou na não erradicação do analfabetismo, como se propunha, mas fundamentalmente funcionou como modelo de adestramento e minimização dos problemas existentes no país naquele período de lutas e conflitos.

O processo de redemocratização em 1985, e a promulgação da carta constitucional correspondente, não foram capazes de garantir o direito à educação assegurada por àquela, ao segmento da população de jovens e adultos. A conclusão a que se pode chegar é que embora se tenha buscado a democratização do saber, passando-se por discussões, conflitos ideológicos, projetos de integração, de construção de identidade do povo brasileiro, e sucessivas reformas no ensino, essa democratização não chegou. A cada contexto histórico reformulam-se os discursos, referendam-se as intenções de

desenvolvimento nacional com “inclusão” e o Brasil chega ao século XXI trazendo em sua bagagem os piores índices estatísticos. Se junta ao índice de analfabetismo, o índice dos analfabetos funcionais produzidos pela precariedade da educação brasileira oficial e seu baixo nível de qualidade do ensino. Atualmente mensura-se a prestação do serviço oficial de educação em termos quantitativos e não qualitativos.

Decorridos mais de quinhentos anos de história, podemos dizer que o Brasil ainda não tem um projeto de educação que possa ser realmente acessível para todos. A educação no verdadeiro sentido da palavra, educação para a vida, para o desenvolvimento da capacidade crítica, para a transformação dos indivíduos em cidadãos livres e construtores de sua própria realidade. Porque o crescimento de uma pessoa passa, necessariamente, pelo seu desenvolvimento intelectual. Esse é o bem maior, a maior prestação que a ela o Estado pode oferecer, porque a vida é uma sucessão interminável de escolhas.

O homem está sempre se defrontando com a necessidade de decidir: por isto ou por aquilo; ir ou ficar; aceitar ou recusar; transigir ou intransigir; parar ou continuar; persistir ou desistir; ser ou não ser. Os exitosos serão aqueles que souberem decidir melhor, entre as várias alternativas que se apresentam cotidianamente. Para isso, precisarão de conhecimento e inteligência, fundamentalmente. Confrontando-se a realidade de hoje com a realidade histórica, não se evidencia a existência de uma ruptura na práxis educacional. (DI PIERRO, 2007).

Ainda enfatiza Di Pierro (2007) que “o interesse do Estado ainda repousa na manutenção do *status quo*, dispensando à educação sua indiferença e indulgência. Ignorando, simplificando e reduzindo a educação dos “excluídos” a um problema menor, uma dívida social que deveria ser reparada. Por outro lado, as políticas públicas para a educação, nem sempre estiveram atreladas ao projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil no contexto do capital-imperialismo, propalando-se a intenção de integrar esse segmento populacional à vida produtiva da nação.

Até aqui tais políticas massificadas, padronizadas e estrategicamente formuladas, trazendo subjacentes a negação das contradições sociais, regionais e da diversidade étnica e cultural existentes, se mostraram ineficientes e ineficazes em sua pretensão proferida oficialmente.

Na contramão de tudo isso, o caminho apontado por Paulo Freire assinala com perspectivas mais favoráveis, porque somente identificando e reconhecendo os problemas sociais e as especificidades econômicas e sociais e a diversidade cultural é que se tornam visíveis os potenciais existentes para a transformação da realidade, focalizando a ação dos sujeitos integrados em sua própria cultura.

## O ANALFABETISMO ESTRUTURAL COMO UMA QUESTÃO DE CLASSE: QUEM SÃO OS ANALFABETOS NO BRASIL?

A distribuição do analfabetismo e dos baixos índices de escolarização na população brasileira apresenta forte correlação com as condições socioeconômicas, o pertencimento étnico racial, de gênero, geração e a territorialidade. Ser adulto, preto ou pardo, viver na zona rural, pertencendo aos estratos sociais de baixa renda, é uma condição social que amplia a probabilidade de permanecer no analfabetismo estrutural.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad, 2019) Contínua Educação, “a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019”, sendo que a mesma pesquisa aponta que no Brasil, ainda se tem 11 milhões de pessoas na condição de analfabetismo absoluto, ou seja, pessoas sem condições de escrever ou ler um simples bilhete ou anotação. Ainda segundo a pesquisa, “o analfabetismo está mais concentrado entre as pessoas mais velhas, uma vez que os jovens são mais escolarizados e, portanto, vão registrar indicador menor”.

O analfabetismo no contexto atual também denuncia as brutais desigualdades socioeconômicas e de classe que dominam a sociedade, dado que de acordo o mesmo levantamento citado anteriormente, entre os brancos a taxa de analfabetismo é de apenas 3,6% da população, enquanto entre os pretos e pardos este número quase triplica, chegando a 8,9% destes sujeitos e “a diferença aumenta entre aqueles com 60 anos ou mais. Enquanto 9,5% dos brancos não sabem ler ou escrever, entre os pretos e pardos, esse percentual é quase três vezes maior, correspondendo a 27,1% da população.

O Indicador Nacional de Analfabetismo (INAF), mais recente, realizado em 2018, pelo Instituto Paulo Montenegro, que aponta a condição de alfabetismo da população brasileira considerando os níveis analfabetismo, analfabetismo rudimentar, elementar, intermediário e proeficiente, aponta que 8% da população brasileira ainda é constituída de analfabetos absolutos, enquanto 22% da população entre 18 e 64 anos de idade se encontram no nível de alfabetização rudimentar, ou seja, que não conseguem fazer uso da leitura e da escrita para as funções mais simples que exigem letramento e numeramento.

Os indicadores acima denunciam que ainda persistem desigualdades brutais em relação ao acesso, permanência e qualidade da educação básica no Brasil, e isso se configura nos índices como expressão da negação da educação nos mais elevados níveis e modalidades, dado que na outra ponta, o mesmo estudo aponta que apenas 12% da população apresenta níveis proeficientes de alfabetização. Já o quantitativo daqueles que apresentam níveis elementares e intermediários de alfabetização respectivamente é de 34% e 25%, demonstrando que um número significativo da população, quase 60% fazem o uso funcional da leitura e escrita. Em resumo, podemos dizer que no Brasil, de acordo os números, não possa ser considerado um país de maioria de analfabetos, o mesmo amarga a condição de ter uma população com níveis precários e inacabados de educação, frutos de todo

um processos histórico de exclusão e negação do acesso à escola para a sua população.

No modelo de desenvolvimento tardio e dependente adotado pela burguesia brasileira e pelo Estado, enquanto ente público, a depender do governante de plantão, vamos ver que a educação vai ser tida mais como uma política de governo do que de estado, e isso vem se refletindo historicamente nos programas de Educação de Jovens e Adultos que acabam não refletindo a necessidade real da população. Este processo perverso de negação de um direito fundamental que é o acesso, permanência e oferta de educação de qualidade para toda população nos mais variados níveis e modalidades impacta diretamente nos níveis de desenvolvimento tecnológico e econômico do país, quando temos uma população pouco letrada, e que possa fazer uso do conhecimento adquirido na escola, para desenvolver estratégia, técnicas e tecnologias para, com isso, ter mais qualidade de vida.

O fato de não saber ler uma simples receita, pegar o ônibus, usar meios digitais, ou mesmo ter dificuldades de consumo em função de tais deficiências, denunciam que dentre tantos motivos, o fator econômico se constitui como o problema fundamental, que precisa ser superado, para que estes sujeitos analfabetos e semianalfabetos tenham mais dignidade humana. Ser analfabeto não é um defeito, mas um problema social a ser resolvido por toda sociedade, em especial pelo Estado que por força de lei, tem a obrigação de garantir o acesso à educação para todos.

A forma como vem ocorrendo atualmente as políticas públicas em educação, principalmente para aqueles que necessitam a ação direta e constitucional do estado nestes processos de inclusão social, mostram retrocessos, especialmente a partir do golpe civil-midiático e financeiro que ocorreu no Brasil a partir de 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma e o encerramento de um ciclo virtuoso de políticas inclusivas, principalmente no campo da educação.

As ações de retrocessos, em muito patrocinadas pela farsa da operação Lava Jato e seus agentes potencialmente criminosos, possibilitou a chegada do atual grupo político ao poder, e no campo da educação básica, umas das primeiras medidas deste atual modelo foi o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão criado nas gestões petistas e tinham como finalidade a promoção das políticas de inclusão escolar, dentre elas a Educação de Jovens e Adultos.

Esta política de retrocesso com o fechamento da SECADI, vai ter forte impacto nas políticas voltadas para as populações do campo, espaço que historicamente teve o acesso a educação básica negado, dado que neste a problemática do acesso, permanência e qualidade do ensino são ainda piores em relação as cidades, sendo que este padrão de negação se explica pela histórica exclusão socioeconômica e cultural desse grupo social: “as múltiplas barreiras de acesso da população do campo à educação escolar de qualidade só podem ser interpretadas como parte do quadro mais amplo de exclusão social associado à extrema concentração da propriedade fundiária, legadas por uma história de séculos de escravidão, ocupação de territórios indígenas e predomínio de uma economia agrícola comandada pela monocultura de exportação organizada no latifúndio, em outras palavras esse processo de perda das condições de reprodução da vida material condiciona que o indivíduo para existir precisa vender o único meio de produção que lhe restou, que é a sua força de trabalho, foi definido por Marx como sendo um processo de “expropriações” (MARX, Apud FONTES, 2010):

“Expandir as relações sociais capitalistas correspondente, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não

(expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo...” (FONTES, 2010)

A persistência dessa situação ao longo do tempo e a naturalidade com que a sociedade e as instituições públicas encaram-na sustentam-se no imaginário coletivo que concebe o campo como espaço prosaico e do atraso, isso se explica pelo processo de alienação pelo trabalho produtivo capitalista e pela reprodução ideológica justificadora do discurso da divisão do trabalho onde existe um trabalho superior, relacionado com a atividade intelectual, relegado às castas superiores e mais desenvolvidas, e um outro tipo de trabalho dito inferior, por ser feito de forma prática, manualmente, obedecendo ordens, de forma subalterna, relegado aos humanos inferiores.

Essa concepção estigmatiza os habitantes das zonas rurais como matutos, cujo destino miserável prescinde de uma formação de qualidade, legitimando a violação dos direitos de cidadania materializada na ausência de políticas e serviços públicos ou em sua oferta insuficiente e inadequada, caracterizando-se como expropriações secundárias necessárias à transformação dos sujeitos do campo “em mera força de trabalho” (FONTES, 2010).

Malgrado esse quadro, ao longo da última década, em que o sistema de ensino básico foi alvo de uma ampla reforma educacional, não foram formuladas políticas públicas especificamente dirigidas à melhoria da educação escolar no campo de forma qualitativa e nem pragmática – interpretando o pragmatismo, aqui neste contexto, como constituição de uma infraestrutura para implementação e efetivação da regulamentação pública da educação do campo.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo apro-

vadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2001 constituem a base jurídico normativa para a garantia da educação básica pública de qualidade para as crianças, jovens e adultos do campo. Embora o Governo Federal tenha implementado alguns programas de abrangência sócio territorial reduzida, como a Escola Ativa, o Pró Formação e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

À inexistência ou insuficiência das políticas públicas de educação do campo não podem ser creditadas simplesmente ao marco jurídico e normativo, que assegura os direitos educativos da população rural em condições de igualdade aos demais subgrupos sociais. Mas sim a uma política deliberada de Estado – onde entendemos “o Estado como a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (BOTTOMORE, 2001) – praticada com o fito de controlar o acesso ao conhecimento crítico às massas para evitar disputas e processos de contestação ao sistema vigente.

Todo este processo de negação da escola em condições normais e em idade adequada aos sujeitos, vai produzir os analfabetos funcionais e absolutos da próxima década, sendo este um malefício que persiste na realidade brasileira, especialmente nas periferias, nos pequenos municípios e povoados e fundamentalmente na zona rural, até mesmo por que ainda se tem uma cultura atrasada e colonialista de que no campo o conhecimento não precisa fazer parte de sua construção. Um campo onde os trabalhadores rurais, camponeses, ribeirinhos dentre outros não precisam de escolas e educação, por desenvolverem funções subjugadas na linha de produção e na agricultura.

A educação no Brasil, destinada aos trabalhadores, sejam eles do campo ou da cidade, vem sendo negada historicamente, e mesmo quando estes sujeitos adentram o chão da escola, estes acabam recebendo uma educação precária, dualista, esvaziada de qualidade e que serve mais ao processo de alienação do que de emancipação da classe trabalhadora.

Assim coloca Kuenzer:

[...] A escola por sua vez, constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço por excelência, do saber teórico divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma das classes sociais. (...) Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2002 p. 79-80).

Este pensamento corrobora com a célebre frase de Darcy Ribeiro acerca da educação quando diz que “a crise da educação no Brasil é um projeto” um projeto das elites que vai subjugando e mantendo os seus interesses de classes a partir do controle da informação e do conhecimento, onde a escola pública presta por vezes este papel de corroborar com o ideário de dominação a partir da visão dos dominadores.

De acordo Frigotto (1993), o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. Consequentemente, como haveria por parte do sistema capitalista a busca de uma maior qualificação do trabalhador se é exatamente o contrário o seu objetivo?

No aspecto educacional, estamos falando de um modelo de educação que em sua essência, ainda produz analfabetos funcionais, deixando pra sociedade que não pode comprar o acesso à educação, a ilusão de que suas demandas estão sendo atendidas. Em um plano mais organizado e estruturado a partir das forças que dominam a produção, isso resulta na formação de trabalhadores precarizados, que comporão a mão de obra desqualificada e excedente para atendimento das demandas mais diversas do capital, tanto no campo quanto na cidade.

Essa teoria, então, que se propõe como concreta, mas que é pseudoconcreta, não resulta de uma abstração ou de um processo conspiratório, mas decorre rigorosamente de uma necessidade histórica circunstanciada. Ela se estrutura, em sua formalidade, com um referencial neoclássico

que se afasta cada vez mais das formas concretas que assumem as relações de produção no capitalismo monopolista. Deste afastamento resulta a sua força de ilusão e, ao mesmo tempo, da legitimação das novas formas que assumem as relações capitalistas de produção. E é sobre esta ilusão produtiva que se estruturou a política educacional brasileira nas últimas décadas. (FRIGOTTO 1993, p. 135).

As palavras acima nos faz problematizar que o sistema educacional brasileiro, tem se tornado cada vez mais, um puxadinho dos interesses corporativos dos empresários da educação, que visam o lucro com a venda de projetos mirabolantes, e materiais didáticos, e isso subjuga as nossas possibilidades de construção de um projeto nacional de educação que busque atender os reais interesses da população, considerando sua dinâmica e complexidade. Uma educação pensada a partir da base social na qual é formado o país, com toda sua diversidade cultural, e diferenças regionais de formação, uma vez que “dado o seu papel, precisa debruçar sobre os problemas que assolam a sociedade e o desafio aqui, sem dúvida, é a construção de propostas concretas para superar dialeticamente os processos socioculturais desumanizastes(…)” (ZITKOSKI, 2003, p. 1).

A partir destas reflexões, compreendemos que a sociedade precisa acreditar e lutar por uma educação universal, gratuita e de qualidade, devendo ser um direito de todos e um dever do estado, e sem essa primazia, não seremos um país totalmente mais justo e igualitário. Sem educação não se constrói uma nação livre e soberana, pois sendo este um direito humano, o mesmo é condição fundamental para a mudança social e por isso não basta apenas democratizar o acesso à escola, é preciso imprimir na mesma a qualidade necessária para a construção do conhecimento emancipatório.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve conclusão nos leva a perceber algumas questões históricas acerca do analfabe-

tismo no Brasil, destacando-se a sua trajetória e como este foi se constituindo enquanto um projeto de Estado para o controle das massas trabalhadoras e um grave problema social para essas últimas, construído pela precariedade do sistema educacional. As mazelas de uma sociedade iletrada não podem ser consideradas como um problema banal ou de responsabilidade dos “iletrados” e se constituem como a expressão concreta da brutal desigualdade e da divisão social entre as classes.

Historicamente os que detém o poder econômico no Brasil - da Colônia aos dias atuais - monopolizaram e monopolizam o acesso à educação de qualidade e com isso passaram a deter em grande medida o conhecimento socialmente construído. Quanto ao restante da população foi legado uma educação acrítica, ideologizada e precarizada ressaltando estigmas de inferioridade (por exemplo: o *complexo de vira-lata*, o matuto, o tabaréu, o favelado, etc) e se prestando ao serviço de controle da ascensão social no país.

A prova desse quadro são as políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro, aqui cito o Mobral e a EJA, que nunca se preocuparam em ensinar a jovens e adultos para além da capacidade de escrever seu nome e de uma rudimentar capacidade de leitura. Essa política de Estado visa a criar agora não mais uma nação de iletrados, mas sim formar uma sociedade de analfabetos funcionais, sujeitos incapazes de interpretar um texto e muito menos a realidade que o cerca, docilizando a população a aceitar a culpa pela sua condição precária de existência material e intelectual.

Neste sentido, consideramos como essencial a democratização do acesso à educação, onde a alfabetização e o letramento das pessoas jovens e adultas possa ser trabalhada dentro de uma perspectiva de transformação social e mudança das condições objetivas de vida, como preconizava o saudoso Paulo Freire. Nesta perspectiva a EJA deve ultrapassar os limites da alfabetização, devendo estar associada ao estudo da realidade, envolvendo questões de



ordem política e de interesse aos trabalhadores de maneira geral.

Desta forma, este estudo tem a pretensão de enfatizar a EJA em uma perspectiva ampla, histórica, e inserida nos contextos populares, sejam eles no campo ou nas cidades, com vistas a perceber a educação dos sujeitos como um processo amplo de construção de da autonomia e determinante para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária e para isso a educação precisa ser disputada em todos os níveis e modalidades, podendo ser um aporte, uma ferramenta que qualifique cada vez mais a luta dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF**, Resultados preliminares. 2018.
- ALENCAR, F.; CARPI, L.; RIBEIRO, M. V. **História da Sociedade Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Copyright, 1986.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua(2019) Acesso: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)
- DI PIERRO, Maria Clara, GALVÃO, Ana Maria. **O preconceito contra o analfabeto**. São Paulo :Instituto Paulo Montenegro, 2007.
- FERNANDES, F. Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1957.
- FERRARO (FERRARI), A. R. **Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes; resultados preliminares**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.
- KUENZER. Cassia Zeneida. **Trabalho pedagógico: Da fragmentação a unitariedade possível?** São Paulo: Papirus 2002.
- RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. <https://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>. Acessado em 25/02/2021.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Direitos humanos e educação libertadora**. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.) *Pedagogia dos sonhos possíveis/ Paulo Freire*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1979.
- SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. UFMG, 2003
- TITTON, M. **A organização do trabalho pedagógico na formação da pedagogia da terra: contribuição do MST a Luta social**. Salvador, 2006
- ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In.: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED. Anais... Caxambú, 2004.

*Recebido em: 11/4/2023  
Aprovado em: 01/5/2023*